

1DATA: 28 de setembro de 2006. LOCAL: Auditório do Conselho de Gestão do
2Patrimônio Genético, SCEN Lote 02, Ed. Sede do IBAMA, Bloco G, Brasília, DF.
3HORÁRIO: de 9:00 às 18:00h. PARTICIPANTES: Presidente da mesa: Paulo Yoshio
4Kageyama, representante suplente do Ministério do Meio Ambiente. Representantes:
5Ministério da Saúde, Ana Paula Corrêa (suplente); Ministério da Justiça, Vivian Anne
6Fraga (suplente); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Márcio
7Mazzaro (suplente) e Roberto Lorena de Barros Santos (suplente); Ministério da
8Defesa, Marcos Lourenço de Almeida (suplente); Ministério do Desenvolvimento,
9Indústria e Comércio Exterior, Elisa de Ananias Fraga (titular); Instituto Brasileiro do
10Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Rômulo Barreto
11Mello (titular); Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ,
12Viviane Stern da Fonseca Kruehl (titular); Instituto Nacional de Pesquisas da
13Amazônia – INPA, Nadja Lepsch Cunha (suplente); Empresa Brasileira de Pesquisa
14Agropecuária, Simone Nunes Ferreira (suplente); Fundação Oswaldo Cruz –
15FIOCRUZ, Silvio Valle (suplente); Instituto Evandro Chagas – IEC, Iracina Maura de
16Jesus (suplente); Fundação Nacional do Índio, Hilda Fajardo (titular); Instituto
17Nacional de Propriedade Industrial – INPI, Maria Hercília Paim (titular); Fundação
18Cultural Palmares, Edi Freitas de Paula (suplente). Convidados Permanentes:
19Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS,
20Joaquim Machado (titular); Associação Brasileira de Organizações Não-
21Governamentais – ABONG, Henry de Novion (suplente); Ministério Público Federal,
22Eliana Peres Torelly (titular). Membros da Secretaria Executiva do Conselho:
23Eduardo Vélez Martin, Secretário-Executivo, Cristina Azevedo, Diogo Brito,
24Fernanda Álvares Silva, Mônica Negrão, Alessandro Garcia Gomes, Carla Lemos,
25Sonja Mayra Righetti, Antônio Pamplona, Thomaz Miazaki de Toledo, Gabriel
26Cantanhede, Viviane Souza, Camila Oliveira, João Francisco Barros, Alessandra
27Silva. Outros participantes: CONJUR/MMA, Daniela Goulart; Ministério da Defesa,
28Luciane Lopes; ABIN, Ricardo Queiroz, Alessandra Barros e Beatriz Castro Neves;
29Programa Biodiversidade Brasil-Itália - PBBI, Adriana Clementino; UNICEUB, Júlio
30César Itacaramby; INPA, Vincenzo Lauriola; Patri Consultoria, François Martins;
31Natura, Luciana Martins e Andréa Derani; APSEN, Luis Wagner; IPHAN, Karla
32Adriano Aquino; ASCOM/MMA, Marluza Mattos; MDIC, Juliana de Paula; CNI, Elisa
33Romano. CONVOCAÇÃO: Memorando Circular nº 007/2006/CGEN/SBF/MMA, de

3411 de setembro de 2006; Ofício Circular nº 016/2006/CGEN/SBF/MMA, de 11 de
35setembro de 2006; Ofício Circular nº 017/2006/CGEN/SBF/MMA, de 11 de setembro
36de 2006. PAUTA: I - Abertura da Reunião; (1) Leitura das inscrições para
37acompanhar a reunião; II - Instalação dos Trabalhos: (2) Leitura e Aprovação da
38Pauta da 44ª Reunião Ordinária; (3) Aprovação da Ata da 43ª Reunião Ordinária. III -
39Ordem do Dia - (4) Apresentação e deliberação sobre solicitações de
40credenciamento de instituições como fiéis depositárias de amostras de componente
41do patrimônio genético. (4.1) Requerente: Instituto Florestal de São Paulo - IF, para
42as coleções de exsicatas do Reino Plantae do Herbário D. Bento Pickel/SPSF -
43Processo nº 02000.001607/2006-36. Relator: Otávio Maia - Ibama. (5) Apresentação
44e deliberação sobre solicitações de Autorização de Acesso a Conhecimentos
45Tradicionais Associados para fins de pesquisa científica. (5.1) Requerente:
46Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Processo nº 02000.004497/2005-
4783. Relator: Edi Freitas – Fundação Cultural Palmares. (5.2) Requerente: Instituto
48Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA – Processo nº 02000.002875/2006-75.
49Relator: Patrícia Siqueira de Medeiros - Ministério da Defesa. (6) Apresentação e
50deliberação sobre solicitações de autorização de acesso à componente do
51patrimônio genético para fins de constituição e integração de coleções *ex situ* que
52visem atividades com potencial de uso econômico. (6.1) Requerente: Fundação
53Oswaldo Cruz – FIOCRUZ – Processo nº 02000.003144/2002-13. Relator: José
54Paulo Carvalho - MCT. (7) Apresentação e deliberação sobre minuta de resolução
55que altera dispositivo da Resolução 12 (estabelece diretrizes para obtenção da
56anuência prévia para acesso ao patrimônio genético com finalidade de
57bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico). Relator: Secretaria-Executiva do
58CGEN. (8) Relato das Câmaras Temáticas. Relator: Coordenação das Câmaras
59Temáticas. (9) Informe sobre o Grupo de Trabalho (GT) para discussão do Art. 31 da
60MP 2.186-16/2001. Relator: Coordenador do GT. (10) Apresentação e deliberação
61sobre solicitação de autorização de acesso ao patrimônio genético para fins de
62bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. (10.1) Requerente: Universidade
63Paulista – UNIP – Processo nº 02000.002717/2002-91. Relator: Patrícia Galdino –
64Ministério da Justiça. (10.2) Requerente: Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP
65– Processo nº 02000.005668/2005-91 – SIGILO. Relator: Roberto Lorena – MAPA.
66(11) Análise de recurso sobre indeferimento do pedido de sigilo pela Secretaria-

67Executiva - SIGILO. (11.1) Requerente: Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP
68– Processo nº 02000.005668/2005-91. Relator: Secretaria-Executiva do CGEN. IV –
69Assuntos de Ordem Geral: (12) Informes gerais. (13) Palavra aberta aos
70Conselheiros. (14) Encerramento. **INFORMES, DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES:**
71O Sr. Paulo Kageyama, na condição de presidente do Conselho, deu início à
72reunião, passando a palavra ao Sr. Eduardo Vélez, Secretário-Executivo, para que
73fizesse a leitura dos ouvintes inscritos. O Sr. Presidente colocou, então, a pauta da
7444ª Reunião em discussão. O Conselheiro do Ministério da Defesa pediu inversão de
75pauta no item 5.2 para que fosse tratado no período da tarde e a inclusão de novo
76item para relato da reunião sobre pesquisa científica em áreas de jurisdição da
77Marinha. A Conselheira do Ministério da Justiça solicitou que o ponto 10.1 fosse
78tratado ainda pela manhã. Acatadas as sugestões, aprovou-se a pauta, seguindo-se
79à apreciação da ata da 43ª Reunião. Feitas as alterações apresentadas pelos
80Conselheiros Elisa Fraga, Viviane Stern, Otávio Maia e Roberto Lorena, a ata foi
81aprovada com os votos favoráveis dos seguintes: Simone Ferreira, Roberto Lorena,
82Sílvio Valle, Ana Paula Corrêa, Marcos Almeida, Vivian Fraga, Paulo Kageyama,
83Rômulo Mello, Viviane Stern, Hilda Fajardo, Maria Hercília Paim e Elisa Fraga.
84Abstiveram-se as Conselheiras Edi Freitas, Iracina de Jesus e Nadja Lepsch. Não
85houve votos contrários. Dando continuidade à pauta, o **item 4** trouxe a solicitação de
86credenciamento como fiel depositária do Instituto Florestal de São Paulo, processo
87relatado pelo Conselheiro do IBAMA, Sr. Rômulo Mello. Não houve questionamentos
88e a solicitação foi aprovada com os votos favoráveis dos seguintes Conselheiros: Edi
89Freitas, Iracina de Jesus, Simone Ferreira, Roberto Lorena, Sílvio Valle, Ana Paula
90Corrêa, Marcos Almeida, Vivian Fraga, Paulo Kageyama, Rômulo Mello, Viviane
91Stern, Hilda Fajardo, Maria Hercília Paim, Elisa Fraga e Nadja Lepsch. Não houve
92abstenções ou votos em contrário. O **item 5.1** trouxe a solicitação de acesso aos
93conhecimentos tradicionais associados para fins de pesquisa científica da
94Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, processo relatado pela
95Conselheira da Fundação Cultural Palmares, Sra. Edi Freitas. A Conselheira Viviane
96Stern, do Jardim Botânico, alertou para o problema do tempo de tramitação dos
97processos de autorização o que prejudica as atividades científicas, e torna os
98cronogramas apresentados não factíveis. Sugeriu ainda que desenvolvessem
99formas de facilitar a obtenção da autorização. O Secretário-Executivo destacou a

100importância de aperfeiçoar o processo das autorizações e solicitou à conselheira que
101formulasse objetivamente questões para eventuais ajustes. A Conselheira Edi
102Freitas apontou, no entanto, que tem faltado aos pesquisadores que propõe projetos
103envolvendo conhecimento tradicional uma análise e adequação ao que está na
104legislação existente, e questionamentos a dispositivos que tem que ser atendidos
105acabam sendo os causadores de demora na tramitação dos processos. A
106Conselheira Nadja Lepsch, do INPA, sugeriu que a Secretaria-Executiva
107disponibilize orientação de como realizar a anuência prévia. As Conselheiras Nadja
108Lepsch e Viviane Stern manifestaram que o provável entrave advém da dificuldade
109de compreensão das normas por parte dos pesquisadores, ao que concordou a
110Conselheira Vivian Fraga, do Ministério da Justiça. A Coordenadora Técnica da
111Secretaria-Executiva, Sra. Cristina Azevedo, lembrou que no *site* do CGEN estão
112disponibilizados dois exemplos de anuências prévias consideradas completas pelo
113Conselho, incluindo o roteiro elaborado pela UNICAMP para obter sua anuência
114prévia na ocasião. A Coordenadora explicou também os fatores que levaram ao
115atraso na obtenção da autorização pela pesquisadora da UFSC, como a inclusão de
116novas comunidades na pesquisa em maio (tendo o processo sido iniciado em
117fevereiro), e o desconhecimento da necessidade de obtenção da anuência prévia
118segundo as diretrizes do CGEN, e não do CONEP. Uma vez esclarecidos estes
119pontos, o processo seguiu em tempo normal de tramitação. Por fim, o Sr. Presidente
120colocou a autorização em votação, tendo sido aprovada com os votos favoráveis dos
121seguintes Conselheiros: Edi Freitas, Iracina de Jesus, Simone Ferreira, Roberto
122Lorena, Sílvio Valle, Ana Paula Corrêa, Marcos Almeida, Vivian Fraga, Paulo
123Kageyama, Rômulo Mello, Viviane Stern, Hilda Fajardo, Maria Hercília Paim, Elisa
124Fraga e Nadja Lepsch. Não houve abstenções ou votos em contrário. Conforme as
125inversões sugeridas no início da reunião, em seguida foi apreciado o **item 10.1**,
126referente a autorização de acesso ao patrimônio genético para fins de
127bioprospecção solicitada pela Universidade Paulista – UNIP, processo relatado pela
128Conselheira Vivian Fraga. O Sr. Eduardo Vélez informou que a apreciação deveria
129se dar em dois momentos, sendo primeiramente anuído o contrato de bioprospecção
130e depois submetida a autorização de acesso à votação. A Conselheira Maria Hercília
131Paim, do INPI, manifestou-se quanto à cláusula de propriedade intelectual do
132contrato, considerando-o restritivo no que concerne ao impedimento de solicitação

133de proteção da propriedade intelectual no exterior àquilo que na lei brasileira não é
134considerado invenção. O Sr. Eduardo Vélez esclareceu que a primeira versão do
135modelo de contrato com a União foi elaborado a partir de contribuições da Câmara
136Temática de Repartição de Benefícios e que esta cláusula em particular é uma
137opção feita pelo MMA e IBAMA que negociam os contratos, já que se trata de
138patrimônio genético de unidades de conservação federais. Além disso, esclareceu
139que esta opção busca guardar coerência com a posição que o Brasil tem defendido
140inclusive internacionalmente de não ampliar o escopo da patenteabilidade para as
141descobertas, bem como para evitar conflitos com a soberania sobre o patrimônio
142genético o que tende a ocorrer especialmente nos casos de patentes de seqüências
143gênicas. Também esclareceu que foi um tema acordado entre as partes. Os
144representantes do MDIC, MAPA, INPI e Embrapa questionaram a vedação imposta
145pela cláusula e foi sugerido que o tema seja objeto de análise na Câmara Temática
146de Repartição de Benefícios, o que foi acatado. A representante do Ministério
147Público Federal, Sra. Eliana Torelly reforçou a concordância das partes contratantes
148quanto à cláusula, sendo, portanto, legal sua existência naquele contrato. O
149Conselheiro Rômulo Mello manifestou-se como representante de uma das partes
150contratantes – o Ibama – reforçando que o órgão opõe-se ao patenteamento em
151questão. A Conselheira Maria Hercília Paim reforçou a proposta de envio da revisão
152da cláusula para a Câmara Temática de Repartição de Benefícios. A conselheira
153Elisa Fraga ressaltou uma série de impropriedades técnicas na cláusula que trata
154dos direitos autorais relativos a publicações decorrentes do projeto, e sugeriu que o
155dispositivo tivesse sua redação retificada nos próximos contratos de que a União
156viera fazer parte, para o que se colocou a disposição da secretaria executiva do
157CGEN. Por fim o contrato foi apreciado, tendo anuído ao mesmo tal como
158apresentado, os seguintes Conselheiros: Iracina de Jesus, Simone Ferreira, Roberto
159Lorena, Sílvio Valle, Ana Paula Corrêa, Marcos Almeida, Vivian Fraga, Viviane
160Stern, Hilda Fajardo, Maria Hercília Paim, Elisa Fraga e Nadja Lepsch. Não houve
161votos em contrário. Absteve-se a Conselheira Edi Freitas. O MMA e o Ibama ficaram
162impedidos de votar, por serem partes. Em seguida, passou-se à apreciação da
163autorização de acesso para fins de bioprospecção. Votaram favoravelmente os
164Conselheiros: Edi Freitas, Iracina de Jesus, Simone Ferreira, Roberto Lorena, Sílvio
165Valle, Ana Paula Corrêa, Marcos Almeida, Vivian Fraga, Viviane Stern, Hilda

166Fajardo, Maria Hercília Paim, Elisa Fraga e Nadja Lepsch. Não houve votos em
167contrário ou abstenções. O MMA e o Ibama ficaram, novamente, impedidos de votar
168por serem partes. Dando seqüência à pauta, o Sr. Presidente apresentou o **item 6**,
169referente à autorização de acesso ao patrimônio genético para fins de constituição e
170integração de coleção *ex situ* que visem atividades com potencial de uso econômico,
171solicitada pela FIOCRUZ. A Secretaria-Executiva fez a leitura do relato a pedido do
172relator da matéria, Conselheiro José Paulo Carvalho, que não pode estar presente.
173O Sr. Eduardo Vélez propôs que na aprovação do modelo de contrato fosse feita
174uma recomendação de que por ocasião das assinaturas dos contratos houvesse
175uma complementação a fim de atender a Resolução 7 na íntegra, o que foi
176considerado desnecessário de modo vinculado ao processo de deliberação. O
177Plenário votou pela aprovação do modelo de contrato apresentado, tendo votado
178favoravelmente, os seguintes Conselheiros: Edi Freitas, Iracina de Jesus, Simone
179Ferreira, Roberto Lorena, Marcos Almeida, Vivian Fraga, Paulo Kageyama, Hilda
180Fajardo, Maria Hercília Paim, Elisa Fraga e Nadja Lepsch. Absteve-se a Conselheira
181Viviane Stern. Não houve votos em contrário. Ficaram impedidos de votar, o
182Ministério da Saúde e a FIOCRUZ por serem partes interessadas. Em seguida,
183votou-se a autorização de acesso, tendo sido favoráveis os Conselheiros: Edi
184Freitas, Iracina de Jesus, Simone Ferreira, Roberto Lorena, Marcos Almeida, Vivian
185Fraga, Paulo Kageyama, Viviane Stern, Hilda Fajardo, Maria Hercília Paim, Elisa
186Fraga e Nadja Lepsch. Não houve votos em contrário ou abstenções. Ficaram
187impedidos de votar, o Ministério da Saúde e a FIOCRUZ. O **item 7** apresentou
188minuta de Resolução que altera dispositivo da Resolução 12 relativo à obtenção da
189anuência prévia para acesso para fins de bioprospecção, deixando de fora do
190escopo da resolução as unidades de conservação de proteção integral. O
191Conselheiro Roberto Lorena manifestou preocupação sobre como seriam tratados
192estes casos por não estarem previstos em resolução. A Secretaria Executiva
193esclareceu não haver necessidade de resolução, bastando a manifestação formal do
194órgão gestor da área. O Conselheiro, então, insistiu para que a questão tivesse
195algum tipo de tratamento, sob pena de induzir ao entendimento de que não há
196necessidade de anuência prévia nestes casos. A Conselheira do INPA, Sra. Nadja
197Lepsch, pediu a palavra para o Sr. Vincenzo Lauriola, pesquisador do INPA de
198Roraima, que levantou a questão de unidades de conservação integral onde existam

199populações – ainda que presentes de forma irregular – apontando que talvez o que
200foi proposto poderia fragilizar os direitos das populações tradicionais. A Sra. Cristina
201Azevedo esclareceu que, estando irregular ou não a presença da comunidade na
202unidade de conservação, se o conhecimento tradicional da comunidade é que é
203acessado, é necessária a anuência prévia da mesma. Dessa forma, a minuta foi
204colocada em votação, obtendo os votos favoráveis dos Conselheiros: Edi Freitas,
205Iracina de Jesus, Roberto Lorena, Sílvio Valle, Ana Paula Corrêa, Marcos Almeida,
206Vivian Fraga, Paulo Kageyama, Viviane Stern, Hilda Fajardo, Maria Hercília Paim,
207Elisa Fraga e Nadja Lepsch. Não houve votos em contrário ou abstenções. A
208ponderação do Conselheiro Roberto Lorena quanto à regulamentação dos casos de
209acesso em unidades de conservação integral foi encaminhada para discussão na
210Câmara Temática de Procedimentos Administrativos. Passou-se ao relato sobre a
211reunião entre o Ministério da Defesa, Ibama, SBPC e MMA acerca da Resolução 21,
212apresentado pelo Conselheiro Marcos Almeida. O grupo definiu que o ponto sobre
213pesquisas científicas em espaços marítimos brasileiro deveria entrar na pauta da
214próxima reunião do CGEN, requisição acatada pela Mesa. Em seguida, apreciou-se
215o **item 8**, referente ao relato das Câmaras Temáticas, feito pelo Coordenador, Sr.
216Inácio Cançado. Foi apresentado um apanhado dos temas que foram discutidos e
217dos resultados alcançados ao longo do mês de setembro. Sobre a discussão acerca
218das espécies exóticas, o Conselheiro Sílvio Valle apontou a necessidade de
219harmonização do conceito discutido na Câmara Temática com aquele da Resolução
2202 da CTNBio. O Sr. Presidente deu seqüência à pauta, apresentando o **item 9**
221relativo ao Grupo de Trabalho criado para discutir formas de observância da MP
2222.186-16/01 nos termos do Artigo 31. O Sr. Eduardo Vélez, coordenador do GT,
223apresentou ao Plenário um relatório sobre a constituição e funcionamento do grupo
224fazendo um apanhado dos principais aspectos que foram discutidos destacando os
225aspectos para os quais não houve consenso, entre eles a necessidade de
226prorrogação dos trabalhos do Grupo. Ao fim sugeriu que a proposta de deliberação
227que foi apresentada ao Grupo fosse apreciada na próxima reunião do CGEN para
228que pudesse ser aperfeiçoada. O representante da ABONG, Sr. Henry de Novion,
229corroborou a proposta para a postergação das atividades do Grupo e ressaltou a
230importância de que sejam definidas as competências de cada instituição envolvida
231no processo de implementação do art. 31, ponto este apoiado pela Conselheira do

232INPA. A Conselheira Elisa Fraga, no entanto, foi contra a prorrogação do prazo para
233o GT, alegando que os pontos não consensuados poderiam ser discutidos no
234Plenário do CGEN. Além disso, a Conselheira informou que a posição do MDIC é de
235que já se deveria discutir a minuta da resolução nesta reunião do Conselho, tendo
236havido um pedido expresso de que o texto da minuta, que foi concluído dentro do
237prazo regulamentado, tivesse sido enviado juntamente com os demais documentos
238que subsidiariam a 44^a. Reunião Ordinária do CGEN, o que não ocorreu. A
239Secretaria-Executiva justificou o não envio em função de não ter havido tempo hábil
240para os procedimentos administrativos necessários. Também comentou não ser
241oportuno tratar de competências institucionais no texto da resolução. Após
242apresentado o texto da minuta ao plenário e feitos comentários sobre o tema
243decidiu-se que a mesma deverá ser apreciada na próxima reunião do CGEN. No
244período da tarde os trabalhos foram retomados sendo que o Sr. Eduardo Vélez, na
245condição de Presidente, passou à apreciação do **item 5.2**, com relato da
246Conselheira do Ministério da Defesa, Patrícia Siqueira sobre a solicitação de acesso
247a conhecimento tradicional para fins de pesquisa científica feita pelo INPA. A
248Conselheira informou que a área abrangida pelo projeto fica na faixa de 150km de
249distância da fronteira brasileira, o que exigiria anuência prévia do Conselho de
250Defesa Nacional por meio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da
251República. Assim sendo, o Ministério da Defesa sugeriu a retirada de pauta do
252processo em tela. O Sr. Eduardo Vélez manifestou que a Secretaria-Executiva
253entende que não haveria essa necessidade, por se tratar de acesso a conhecimento
254tradicional e que neste caso a questão da localização espacial deveria ser
255relativizada, sugerindo que fosse aprovado o processo em tela, e consulta fosse feita
256ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) quanto à questão. A Conselheira
257Nadja Lepsch trouxe pedido do pesquisador requerente do INPA, Sr. Vincenzo
258Lauriola, de que o processo seja relatado nesta reunião. A Conselheira Hilda Fajardo
259informou ao Plenário que não há na instrução normativa da FUNAI acerca de
260pesquisa científica, qualquer recomendação em relação a áreas de fronteira. Foi
261dada a palavra ao Sr. Vincenzo Lauriola. Após longa discussão, o INPA pediu a
262retirada de pauta do processo e que seja incluído na pauta da próxima reunião uma
263análise sobre o enquadramento do projeto como acesso ao conhecimento tradicional
264associado. Ficou encaminhado também que a Secretaria Executiva deve entrar em

265contato com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
266para tratar do tema. A Conselheira Nadja Lepsch comprometeu-se a trazer subsídios
267para a discussão sobre o enquadramento ou não da pesquisa como atividade de
268acesso ao conhecimento tradicional associado. Foram então apreciados os itens
269envolvendo sigilo, permanecendo na sala apenas Conselheiros e Convidados
270Permanentes. Quanto ao item 10.2, foi concedida a autorização de acesso à
271UNAERP, que teve suas atividades de acesso para bioprospecção e
272desenvolvimento tecnológico regularizadas. Quanto ao item 11, o recurso de sigilo
273referia-se a solicitação feita por empresa associada à UNAERP. Como o CGEN
274entendeu que a empresa não estava obrigada a constar da autorização de acesso
275para desenvolvimento tecnológico, que restou prejudicada o julgamento do recurso,
276de vez que perdeu-se o seu objeto. Em seguida, o Sr. Henry de Novion fez uso da
277palavra durante os informes gerais, requisitando que o Conselho convide
278formalmente um representante da Casa Civil responsável pelo APL de Acesso, para
279apresentar as propostas em discussão no momento. A sugestão foi acatada pelo
280Plenário, cabendo à Secretaria-Executiva enviar o convite. O representante da
281ABONG solicitou também que a Secretaria Executiva comentasse os
282desdobramentos do convite feito ao coordenador do Fórum de Competitividade para
283apresentar a Estratégia Nacional de Biotecnologia. Sendo esclarecido pelo Sr.
284Eduardo Vélez que foi feita uma intermediação para o contato direto da ABONG com
285a coordenação do Fórum em Competitividade. O Conselheiro Roberto Lorena leu o
286comunicado do MAPA à Secretaria-Executiva do CGEN acerca do Tratado
287Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura da FAO,
288solicitando que a Secretaria-Executiva providencie a publicação oficial da lista de
289espécies de intercâmbio facilitado do sistema multilateral de acesso e repartição de
290benefícios do tratado. O Sr. Eduardo Vélez comprometeu-se com a publicação no
291site do CGEN. A conselheira Elisa Fraga solicitou ainda o envio das atas aprovadas
292com a documentação prévia às reuniões subseqüentes do CGEN, bem como a sua
293disponibilização no site do CGEN. Reiterou também pedido de informações sobre
294processos judiciais envolvendo a Medida Provisória. Também solicitou informações
295sobre a aplicação do Decreto de Sanções Administrativas. Após as manifestações
296de ordem individual, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por
297encerrados os trabalhos. Eu, Thomaz Miazaki de Toledo, por solicitação do

298Presidente da Mesa, lavrei a presente ata.

299

300

Brasília, 28 de setembro de 2006.

301

302

303

304 Paulo Yoshio Kageyama

Eduardo Vélez

305 Presidente

Secretário-Executivo